

# CADMO

Revista do Instituto Oriental  
Universidade de Lisboa

4/5



Edições  
*Colibri*

◁▷↖↗↘↙⊙⊛⊜⊝⊞⊟⊠⊡⊢⊣⊤⊥⊦⊧⊨⊩⊪⊫⊬⊭⊮⊯⊰⊱⊲⊳⊴⊵⊶⊷⊸⊹⊺⊻⊼⊽⊾⊿⋀⋁⋂⋃⋄⋅⋆⋇⋈⋉⋊⋋⋌⋍⋎⋏⋐⋑⋒⋓⋔⋕⋖⋗⋘⋙⋚⋛⋜⋝⋞⋟⋠⋡⋢⋣⋤⋥⋦⋧⋨⋩⋪⋫⋬⋭⋮⋯⋰⋱⋲⋳⋴⋵⋶⋷⋸⋹⋺⋻⋼⋽⋾⋿ⓀⓁⓂⓃⓄⓅⓆⓇⓈⓉⓊⓋⓌⓍⓎⓏⓐⓑⓓⓔⓕⓖⓗⓘⓙⓚⓛⓜⓝⓞⓟⓠⓡⓢⓣⓤⓥⓦⓧⓨⓩ⓪⓫⓬⓭⓮⓯⓰⓱⓲⓳⓴⓵⓶⓷⓸⓹⓺⓻⓼⓽⓾⓿ⓀⓁⓂⓃⓄⓅⓆⓇⓈⓉⓊⓋⓌⓍⓎⓏⓐⓑⓓⓔⓕⓖⓗⓘⓙⓚⓛⓜⓝⓞⓟⓠⓡⓢⓣⓤⓥⓦⓧⓨⓩ⓪⓫⓬⓭⓮⓯⓰⓱⓲⓳⓴⓵⓶⓷⓸⓹⓺⓻⓼⓽⓾⓿

tude parece ter sido consequência do choque sofrido. Em vez do ideal do messianismo apocalíptico, que tinha suscitado tantas esperanças e provocado tantas catástrofes, o Judaísmo vai acentuar, de ora em diante, a definição de um projecto moral e espiritual. Daí o ter passado para primeiro plano a preocupação de constituir um código de conduta, a Mishná. E o combate contra Roma aparece matizado em tons de drama pungente mas inevitável: Israel e Roma são a dualidade gémea e inimiga representada por Jacob e Esaú. De qualquer modo, Roma seria aquele quarto império da série dos que representam o crescer do mal na História, segundo Daniel 7. E deste modo continua a alimentar-se a esperança na derrota de Roma (pp. 453-488).

Este longo livro inclui ainda cronologias dos principais acontecimentos e dos nomes dos rabinos citados, uma longa bibliografia por sectores específicos e variados índices. Enfim, este livro representa uma corrida vertiginosa por espaços imensos e profundos como são os do oceano da antiga literatura judaica.

*José Augusto Ramos*

**MOISÉS ESPIRITO SANTO**, *Dicionário Fenício-Português*, Instituto de Sociologia e Etnologia das Religiões, Universidade Nova de Lisboa, 1993, 290 pp.

Considerando a responsabilidade colectiva relativamente ao facto científico e estimulado pela insistência de colegas, decidi fazer esta recensão. Moveu-me também o facto de ver que *O Independente*, n.º 304, de 11 de Março de 1994, Caderno 3, p. 33, lhe dedicara já uma muito benevolente notícia-recensão.

O Autor é professor na área da sociologia e etnologia religiosas e, segundo expõe mesmo em obras anteriores, terá chegado a estas questões de línguas orientais antigas na sequência de investigações efectuadas sobre a origem oriental da religião popular portuguesa. A longa introdução de 94 páginas a este dicionário é aproveitada para repetir essas teses. Limitarei a recensão ao domínio das línguas orientais aqui implicadas, porque é sobre isso que posso e devo falar.

A primeira secção da introdução procura definir a identidade dos Fenícios, para constituir a base histórica que é representada neste dicionário.

Deixando pormenores científicos e técnicos com os quais é natural que o Autor não esteja tão sensibilizado, tendo em conta a sua área de especialização académica, citamos uma das afirmações básicas desta secção: “Não existe diferença entre Fenícios e Hebreus, que tinham em comum a raça, a língua, as instituições políticas e em parte a religião, tal como não existia diferença entre Fenícios e Acádios” (p.11). Nem todas estas afirmações têm o mesmo nível de incorrecção. No entanto, a última afirmação, decisiva para a construção deste dicionário, como veremos, é absolutamente infundada. O que Fenícios e Acádios têm mais em comum, falando duas línguas bem diferentes e vivendo em duas culturas bem diversas, é o facto de se integrarem na mesma matriz semita. Esta frase era o átomo que constituía o núcleo da lógica deste dicionário. Desintegrado esse átomo, explode o seu produto. No resto desta secção, o A. vai recheando o seu conceito de Fenícios com citações e dados da Bíblia e da Mesopotâmia, não faltando o Código de Hammurabi, que se ficaria a dever “aos Fenício-Acadianos”, pois claro (p. 18)! O A. chama língua “cananita” (cananaico, dizemos nós mais normalmente) ao bloco linguístico do semítico do Noroeste, incluindo o acádio (que ele chama acádio ou acadiano, porque terá traduzido do francês) e ainda alguns apêndices. Ora, isto significa que o “cananita” para ele é todo o semítico do Norte, aparecendo também identificado com o ugarítico (p. 22). Mas neste conjunto existem várias línguas diferentes e muito mais separadas do que “apenas ao nível de uma parte do glossário relacionado com as diversas épocas” (p. 21). É bem mais o contrário: o vocabulário, como realidade material dessas línguas, é mais comum do que as suas estruturas linguísticas formais, que as diferenciam claramente (p. 22).

A segunda secção (p. 22-34) trata da organização do dicionário. Na ânsia de definir melhor o seu “Fenício” ou “Fenício-púnico”, “porque a língua púnica era uma espécie de associação do ugarítico, do hebraico e do acadiano” (p. 22), subdivide-o em vários “dialectos”. Cada uma destas línguas seriam variantes dialectais do “Fenício-púnico”! Fiel à sua tese unitária para todas estas línguas, o dicionário tem uma entrada única para toda a lista de vocabulário recolhido e, nos significados, distingue com um número cada um desses “dialectos”: “1 – ugarítico ou cananita; 2 – acadiano ou acádio; 3 – assiro-babilónico; 4 – hebraico; 5 – aramaico; 6 – terapêutica mesopotâmica” (p. 22).

No que chama a “morfologia da língua cananita”, o A. respiga alguns dados elementares, mas dá mais largas a imaginosas elucubrações em

domínios que o podem levar aos seus temas preferidos. E aqui joga decididamente com intuições que só as liberdades “etnosociológicas” lhe podem permitir, mas que ignoram as regras mais elementares da filologia semita ou outra; e só assim podem aparentar alguma analogia. Por exemplo *mtmwn* (tesouro) é uma raiz íntegra com o seu prefixo nominal e não uma soma de duas palavras de raiz completamente diferente como o A. pretende (p. 29); e as aproximações que faz entre variantes de oralidade para uma palavra são, no geral, erradas, como acontece em *asr* e *øsr* (p. 31), que são palavras radicalmente diferentes; o mesmo se diga das metáteses entre palavras que nem sequer se escrevem com as mesmas letras, como acontece entre *arş* e *asr* (p. 32).

Nas pp. 33-34, o A. dá-nos as fontes de onde nasceu o seu dicionário. Verdadeiro dicionário, só ali aparece um, que é de Hebraico-Português. O resto são glossários incompletos de gramáticas ou de colecções de textos. De qualquer modo, alguns dos autores ali referidos são bons e actualizados semitistas, o que poderia permitir ao A. atingir posições mais apuradas do que aquilo que já foi referido como exemplo.

Antes do dicionário, introduz o A. uma longa 2.<sup>a</sup> parte, cujo balanço se apreende pelos títulos das quatro secções: I – A repressão da memória colectiva; II – Celtismo, pangermanismo e anti-semitismo; III – Recolocar a questão; IV – O património. Aqui se encontra a verdadeira motivação que levou o A. a sonhar abranger estas incomensuráveis distâncias que dificilmente cabem nas mãos de um só investigador. Esta parte é o seu manifesto, nomeadamente a origem oriental, hebraico-fenícia, de grande parte dos materiais que constituem o nosso património português pré-romano. Não restam dúvidas de que muito está por definir relativamente ao nosso passado pré-romano; e, como orientalistas, interessa-nos e entusiasma-nos tudo o que de positivo possa ligar o nosso passado à história oriental. Mas aquilo sobre que temos de pronunciar-nos é acerca do teor da demonstração exposta. Não se nega que podem existir por aí elementos fenícios ignotos por detrás de nomes e de coisas. Mas é preciso que a argumentação que se faz dê crédito à demonstração. Ora, a argumentação de M.E.S. desacredita-se cientificamente e suscita ridículo. É o que acontece quando pretende derivar “casa” do “hebraico: *kase* – assento sede, trono” (p. 57) ou “canivete” de “*qany bet* – canudo, casa” (p. 59). Amiúde, a origem filológica de uma expressão semita que o A. considera submersa na oralidade portuguesa é buscada com uma grande lista de expressões, nem sempre sinónimas, compostas por várias pala-

vras (ver p. 62 e ss.). As quarenta e seis alternativas de significado diferente para a origem etimológica “cananita” do nome de Santarém situam estes dados numa margem tão ténue de verosimilhança que só prova que o provador vê evidências sem provas. Esta superabundância etimológica prova em excesso e, por conseguinte, é risível e contraproducente. A única ponte de evidência são as assonâncias obtidas entre uma expressão portuguesa e um conjunto de palavras semíticas, expressões que nem constam integralmente no uso, mas são pescadas aqui e ali no vocabulário dessas línguas, porque servem para compor um som português pretendido. Desde que se consigam assonâncias, tudo o que vem à rede é peixe. Há aqui muito suor e muita pertinácia em virar páginas à procura de assonâncias. Contudo, para a ciência, é um esforço completamente inglório e inútil. E o mais impressionante é quando o A. aplica este método hermenêutico das alternativas assonântico-significativas para traduzir uma simples expressão preposicional da própria literatura bíblica, aquela com que começa o primeiro livro da Bíblia, *berasit* (*sic!*, pp. 90-94). Em nota, acrescenta ainda mais vinte e três alternativas de leituras assonânticas para a mesma expressão. Com este método de leitura qualquer texto acaba por explodir. E a hermenêutica aproximar-se-ia de um estado de completa loucura. Que o divino Baal fenício nos livre e guarde!

Segue-se o dicionário (p. 97-267), com as palavras em transcrição, com vocalização ou sem ela, conforme as fontes aproveitadas. Não vamos deter-nos em mais análises de pormenor sobre esta parte, porque se tornaria moroso em excesso para a recensão pretendida e dadas as condições de imaturidade filológica desta parte da obra. Como já se disse, o espaço linguístico aqui conglomerado não é o de uma língua só. Resulta, assim, um amontoado, que só pode servir como amostragem de raízes que são comuns entre estas línguas. Sempre se pode tirar alguma utilidade, mesmo ficando muito incompleta, porque, pelo menos do aramaico e do acádio, só tem amostras de vocabulários parcelares. Mas o resultado mais curioso deste estranho método de trabalho é que, uma vez que a única fonte utilizada para o fenício propriamente dito foi a *Grammaire phénitienne* de A. van den Branden, que não dava no final nenhum vocabulário fenício para respigar, este *Dicionário fenício-português* ficou sem nenhuma palavra do fenício propriamente dito, dado que nenhum dos outros “dialectos” que aduz é propriamente fenício. Ficou um dicionário de fenício sem fenício! O trabalho terá sido muito, mas os pressupostos comprometeram radicalmente os resultados.

A terminar, seria interessante saber a que facto inovador se refere o A. ao dizer (p. 41) que “na Universidade portuguesa até 1988, ignorava-se que a língua dos Fenícios e dos Cartagineses foi o hebraico, tal como se ignorava que os Cananeus da Bíblia eram o mesmo povo que os Gregos chamaram Fenícios”.

*José Augusto Ramos*

**NORBERT LOHFINK**, *Lobgesaenge der Armen*. Verlag Katholisches Bibelwerk, Stuttgart, 1990, 138 pp., ISBN 3-460-04431-4.

O presente trabalho, o n.º 143 da colecção “Stuttgarter Bibelstudien”, pretende auscultar alguns textos situados próximo da época das origens do cristianismo, no sentido de neles detectar uma possível espiritualidade sobre a vivência da pobreza tanto individual como colectivamente. Esta questão integra-se, mais amplamente, num ciclo de investigações que o A., ilustre especialista da literatura e do pensamento do Antigo Testamento a ensinar em Frankfurt, tem andado a desenvolver a propósito dos fundamentos bíblicos da teologia da libertação.

Documentalmente, os textos aqui estudados demarcam-se numa época terminal do horizonte da referida investigação. Os textos estudados sob esta perspectiva são o Magnificat, os Hodayot ou Hinos de Qumrân e alguns Salmos que integram o número dos recolhidos na Bíblia e considerados de redacção bastante tardia. O objectivo é estudar o que, na pobreza, pode ser entendido como realizando alguma especial proximidade com Deus e como oferecendo base para uma categoria teológica de libertação. São as ressonâncias e os ressortes provenientes desta espiritualidade e que convergem para o conceito de libertação enraizado no livro do Êxodo que se apresentam aqui explicitados e valorizados.

O primeiro conjunto textual estudado sobre o conceito de piedade ou espiritualidade de pobres (*Armenfroemmigkeit*) é o Magnificat (pp. 13-22), dele se concluindo que a figura de Maria se encontra ali construída como uma síntese histórica final do Israel pobre, isto é, um grupo pequeno e desprotegido, mas dotado da consciência de que nos mais difíceis momentos da história Deus o protege e salva.